

Ata da 4ª (quarta) Reunião da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, da Câmara Municipal de Formiga.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Secretaria da Câmara Municipal de Formiga, o Vereador Luciano Márcio de Oliveira - Luciano do Gás, Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais, procedeu à análise das proposições em tramitação nesta Casa Legislativa. Inicialmente, o Vereador analisou o Projeto de Lei Ordinária nº 15/2025, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.172.037,93 (um milhão, cento e setenta e dois mil, trinta e sete reais e noventa e três centavos), provenientes de excesso de arrecadação, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, §1°, inciso II. Os recursos serão utilizados no âmbito da Pasta Municipal de Saúde, conforme se verifica do relatado no Ofício nº 009/2025, anexo ao projeto. O referido projeto foi encaminhado através da Mensagem nº 003/2025. Após análise do conteúdo, o Vereador Luciano do Gás se declarou favorável à proposição. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei Ordinária nº 17/2025, de autoria da Vereadora Joice Alvarenga, que dispõe sobre a proteção às abelhas nativas sem ferrão (meliponas) e estímulo à polinização urbana no Município de Formiga e dá outras providências. O projeto visa promover a preservação de espécies nativas e o equilíbrio ambiental, incentivando a instalação de colmeias em áreas urbanas e rurais, com ações de conscientização e manejo sustentável. Após leitura da íntegra do texto e análise dos objetivos ambientais e sociais apresentados, o Vereador Luciano do Gás se declarou favorável à matéria. Em seguida, foi analisado o Projeto de Lei Ordinária nº 18/2025, também de autoria da Vereadora Joice Alvarenga, que institui, no âmbito do Município de Formiga, o mês "Agosto Lilás", dedicado à conscientização pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. A proposta busca consolidar políticas públicas de proteção à mulher, campanhas educativas e apoio psicossocial às vítimas. Após análise, o Vereador Luciano do Gás se declarou favorável à proposição, reconhecendo sua importância social e preventiva. Em continuidade, o Vereador analisou o Projeto de Lei Ordinária nº 21/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos no âmbito do Poder

Executivo e dá outras providências. O projeto visa o cumprimento do disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, assegurando a recomposição do poder aquisitivo dos servidores municipais. Após exame, o Vereador Luciano do Gás decidiu manter a matéria em estudo, para avaliação detalhada dos impactos orçamentários e financeiros. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei Ordinária nº 22/2025, também de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste do vale-alimentação de que trata a Lei nº 4.803, de 12 de junho de 2013. A proposta tem como objetivo ajustar o valor do benefício concedido aos servidores municipais, garantindo a manutenção do seu poder de compra frente à inflação acumulada. Após análise, o Vereador Luciano do Gás decidiu manter a matéria em estudo, até manifestação da área técnica da Prefeitura sobre a disponibilidade orçamentária. Prosseguindo, foi analisado o Projeto de Lei Ordinária nº 23/2025, de autoria dos Vereadores Luciano do Gás e Osânia Silva, que concede prioridade à mãe ou responsável legal atípicos para aquisição de moradia popular disponibilizada no programa habitacional do município e dá outras providências. A matéria busca assegurar inclusão social e proteção às famílias de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, reconhecendo o papel de cuidadoras dessas mães e responsáveis. O Vereador Luciano do Gás apresentou emenda ao projeto. Por fim, foi apreciado o Projeto de Lei Ordinária nº 24/2025, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Município de Formiga a conceder subvenção social a entidade que menciona. A proposição visa formalizar o repasse de recursos públicos para entidade de assistência social, visando à continuidade de serviços essenciais prestados à comunidade. Após a leitura da justificativa e verificação da documentação de regularidade, o Vereador Luciano do Gás se declarou favorável à matéria. Nada mais havendo a tratar, eu, Elisângela Garcia de Araújo, lavrei a presente Ata da Comissão de Serviços Públicos Municipais, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Vereador Membro.

Formiga, vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.

Luciano Márcio de Oliveira - Luciano do Gás

Presidente



Ata da Reunião da COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, da Câmara Municipal de Formiga.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na Secretaria da Câmara Municipal de Formiga, reuniram-se os Vereadores Wolkmar Geraldo Menezes – Relator e Daniel Rodrigues da Silva - Membro, integrantes da Comissão de Servicos Públicos Municipais, para análise das proposições em tramitação nesta Casa Legislativa, conforme registros constantes da planilha "Projetos de Lei – 20ª Legislatura", aba Arquivo. Primeiramente, os Vereadores tomaram conhecimento do Projeto de Lei nº 15/2025, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.172.037,93 (um milhão, cento e setenta e dois mil, trinta e sete reais e noventa e três centavos), provenientes de excesso de arrecadação, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1°, inciso II, que serão utilizados no âmbito da Pasta Municipal de Saúde, conforme se verifica do relatado no Ofício nº 009/2025, anexo ao projeto, encaminhado através da Mensagem nº 003/2025. Após análise, o Relator Wolkmar Menezes decidiu permanecer em Estudo, enquanto o Membro Daniel Rodrigues se declarou Favorável, ressaltando a importância da suplementação para manutenção dos serviços públicos de saúde. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei nº 17/2025, de autoria da Vereadora Joice Alvarenga, que dispõe sobre a proteção às abelhas nativas sem ferrão (meliponas) e estímulo à polinização urbana no Município de Formiga e dá outras providências. A proposta visa incentivar práticas sustentáveis e educativas voltadas à preservação das espécies de abelhas nativas e ao equilíbrio ecológico. Após análise, o Relator decidiu permanecer em Estudo, e o Membro Daniel Rodrigues se declarou Favorável, reconhecendo o mérito ambiental e educativo da proposição. Logo após, foi analisado o Projeto de Lei nº 18/2025, também de autoria da Vereadora Joice Alvarenga, que institui, no âmbito do Município de Formiga, o mês "Agosto Lilás", dedicado à conscientização pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. O projeto tem como finalidade fortalecer campanhas de enfrentamento à violência doméstica, bem como ações preventivas e educativas junto à sociedade. Após exame, o Relator Wolkmar Menezes se declarou Favorável, e o Membro Daniel Rodrigues já havia se declarado Favorável

Praça Ferreira Pires, nº 04 – Centro – Formiga / MG – Cep:35.570-022 – Tel.: (37) 3329-2600 Site: www.camaraformiga.mg.gov.br – e-mail: cmfga@camaraformiga.mg.gov.br

Meney



anteriormente. Na sequência, os Vereadores apreciaram o Projeto de Lei nº 20/2025, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Município de Formiga a recolher tarifa/preco público do serviço de transporte coletivo público urbano e dá outras providências. A proposta tem por objetivo regulamentar a forma de recolhimento da tarifa e disciplinar a destinação dos recursos arrecadados, assegurando transparência e sustentabilidade econômica do serviço de transporte. Após a devida análise, o Relator e o Membro se declararam Favoráveis ao projeto e à emenda apresentada, entendendo que as alterações propostas contribuem para a modernização do sistema de transporte público e para o equilíbrio financeiro da prestação do serviço. Em continuidade, foi analisado o Projeto de Lei nº 21/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. A proposta tem por finalidade assegurar o reajuste anual aos servidores públicos municipais, conforme previsto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal. Após a análise da matéria e diante da necessidade de avaliação detalhada dos impactos financeiros, o Relator e o Membro decidiram permanecer em Estudo, aguardando manifestação técnica da Secretaria Municipal de Fazenda. Na sequência, os Vereadores analisaram o Projeto de Lei nº 22/2025, também de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste do vale-alimentação de que trata a Lei nº 4.803, de 12 de junho de 2013. O objetivo é reajustar o valor do benefício concedido aos servidores municipais, preservando seu poder de compra frente à inflação acumulada. Após leitura e exame dos autos, o Relator e o Membro decidiram permanecer em Estudo, até que sejam apresentadas informações complementares acerca da disponibilidade orçamentária para a execução do reajuste. Por fim, foi apreciado o Projeto de Lei nº 23/2025, de autoria dos Vereadores Luciano do Gás e Osânia Silva, que concede prioridade à mãe ou responsável legal atípicos para aquisição de moradia popular disponibilizada no programa habitacional do município e dá outras providências. A proposta tem como finalidade garantir tratamento prioritário às famílias de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, reconhecendo a relevância social e a vulnerabilidade desse público. Após análise, o Relator Wolkmar Menezes e o Membro Daniel Rodrigues se declararam Favoráveis ao projeto e à emenda apresentada pelo Vereador Luciano Márcio de Oliveira - Luciano do Gás, reconhecendo o mérito humanitário e a contribuição social da propositura. Por derradeiro, foi analisado o



Projeto de Lei nº 24/2025, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Município de Formiga a conceder subvenção social à entidade que menciona. Após leitura e análise da documentação anexa, o Relator Wolkmar Menezes e o Membro Daniel Rodrigues decidiram permanecer em Estudo, para aguardar esclarecimentos complementares sobre os critérios de repasse e a conformidade orçamentária. Nada mais havendo a tratar, eu, Elisângela Garcia de Araújo, lavrei a presente Ata da Comissão de Serviços Públicos Municipais, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores presentes.

Formiga, vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e cinco.

Wolkmar Geraldo Menezes - Wolkmar Menezes

Relator

Daniel Rodrigues da Silva – Daniel Rodrigues

Vereador